



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

Março de 2024

Companheiras e Companheiros,

Você está recebendo o primeiro número do Boletim Semanal da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES).

Nosso objetivo é fazer chegar até vocês as informações a respeito das ações, decisões e encaminhamentos realizados pela própria SENAES, mas também pelo Conjunto desta ampla Comunidade da Economia Solidária.

Além de notícias e informações, pretendemos também abrir espaço para artigos, textos que contenham reflexões sobre a Economia Popular e Solidária. Portanto este veículo quer ter duas mãos, de ida e vinda, podendo publicar informações e textos que vocês queiram divulgar.

Fiquem pois à vontade para nos enviar as novidades e iniciativas que os Empreendimentos e Redes possam realizar pelo Brasil, bem como artigos, opiniões, sugestões e críticas que possam enriquecer nosso debate.

Um grande abraço e boa luta para todas e todos nós!

Gilberto Carvalho

SENAES reúne membros do Conselho Nacional de Economia Solidária



Foto: Matheus Damascena/MTE

Reunião do CNES aborda análise de conjuntura e apresenta trabalhos das comissões

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou no dia 28 de fevereiro, o primeiro dia de reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

A mesa de abertura contou com a presença do Secretário Gilberto Carvalho (SENAES), da Diretora de Projetos da SENAES, Renata Studart, da Coordenadora-Geral de Projetos, Vanderlúcia Simplício e o do Diretor de Projetos, Fernando Zamban, ambos da SENAES e do Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Daniel Seidel.

O evento foi marcado pela presença de representantes do Conselho Nacional e apresentou análise de conjuntura nacional com articulação a Economia Solidária (ES), a resolução da Convocação oficial da Conferência Nacional de Economia Solidária, que foi submetida ao pleno do conselho, garantindo ampla participação e visibilidade da ES no país.

Durante a reunião, comissões de trabalho foram constituídas para debaterem seus feitos, apresentando posteriormente, o que haviam produzido em suas composições. Foram debatidos as ações e temas que a SENAES vem desenvolvendo e tem como missão implementar em 2024, e a atuação da Secretaria com outros ministérios, órgãos e entidades.

O Secretário Executivo da CBJP abordou elementos como: mudanças climáticas, a questão da paz e guerra, democracia e liberdade religiosa. "Com a análise de conjuntura, sabemos que quem mais sofre é o nosso povo da Economia Solidária, os povos tradicionais. E temos um grande desafio: a transição energética. Sabemos que a única alternativa é a organização do povo desde os pequenos empreendimentos. Vamos trabalhar a ES de bem viver deixada por Paul Singer.", declarou Seidel.

Gilberto Carvalho, Secretário Nacional da SENAES, destacou a importância da análise, da retomada da economia, dos aspectos fundamentais de mudança de qualidade da Câmara e Senado, e a mudança da cultura popular. "É muito importante que a gente assimile e interiorize o que significa o surgimento de uma liderança popular de direita. Ter clareza que enquanto caminharmos com nossas bandeiras corretas, encontramos cargas que tentam nos isolar e reduzir nossa base de apoio.", finalizou Carvalho.

Membros do Conselho Nacional de Economia Solidária debatem diretrizes



Alzira de Siqueira Medeiros

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou no dia 28 de fevereiro, a reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), no intuito de debaterem sobre a Análise de Conjuntura Nacional com articulação a Economia Solidária (ES), a resolução da Convocação Oficial da Plenária Nacional da ES, as ações e temas que a SENAES vem trabalhando e serão implementadas este ano, dentre outras pautas.

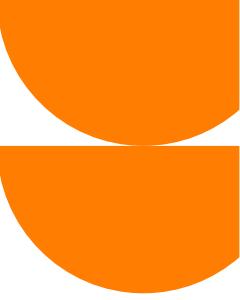
O momento atual da Economia Solidária no Brasil tem sido marcado por avanços significativos e a troca de informações com outros órgãos e entidades da sociedade civil tem sido fundamental para a formação de políticas públicas eficientes que fortaleçam as iniciativas de Economia Popular Solidária no país.

De acordo com Alzira de Siqueira Medeiros, educadora popular, integrante da Cooperativa de Comércio Justo e Consumo Responsável, representante do Fórum Brasileiro de Pernambuco e do CNES, a reunião traz novas perspectivas e é fundamental para a democracia e para o fortalecimento da economia.

Confira o bate-papo com Alzira Medeiros

- Quais expectativas desta reunião para a rede autogestionária de educadores populares?

Alzira Medeiros: Que possamos retomar as diretrizes do plano nacional de economia solidária, construir um pacto com outros ministérios que estão presentes na reunião e construir uma estratégia de investimento coordenado nos territórios para que tenhamos recursos mais substanciais. Para a ES é fundamental o fomento na mão do trabalhador e da trabalhadora que impulsiona sua atividade de produção de bens e serviços, da comercialização, das finanças solidárias, cultura e outros espaços.



- Qual a importância deste encontro nas comissões de trabalho da Economia Solidária?

Alzira Medeiros: O Conselho de Economia Solidária é um espaço político de diálogo entre a sociedade e o governo, entre os movimentos da ES e do próprio fórum. É um espaço privilegiado e fundamental, mantê-lo faz parte da democracia participativa no Brasil. O Governo Lula, ao restaurar os instrumentos de participação social e política foi basilar para a construção que queremos fazer: acabar com a pobreza, construir trabalho autogestionário, trabalho associado com cooperação e dignidade. Para implementar e fortalecer as iniciativas que já existem são necessários muitos recursos públicos. A Economia Solidária precisa de muitos investimentos e apoio das tecnologias sociais, construir espaços públicos dentro de nossos territórios para que a gente possa ter circuitos curtos de comercialização, com menor custo de transporte, apoiar a produção e o desenvolvimento territorial. A ES é transversal a todas as políticas, integrando um todo. A base da economia solidária no Brasil é no meio rural, na agroecologia, na agricultura e temos experiências valorosas nestes campos e que precisam ser apoiadas.

- Quais ações são necessárias para fortalecer e garantir a continuidade das políticas de Economia Solidária?

Alzira Medeiros: Que as políticas sejam integradas e que haja um diálogo maior com os movimentos da ES e movimentos sociais. Queremos contribuir com nossas experiências, somos uma economia de resistência e queremos avançar e superar as mazelas do capitalismo neoliberal das grandes corporações, do agronegócio, da mineração, das usinas eólicas que destroem a vida.

- Como é a Economia Solidária na região nordeste?

Alzira Medeiros: A ES é muito presente no território nordestino, mas para sua organização e visibilidade, precisamos de aporte público das políticas públicas. Sem essa contribuição não há condições de progredir na produção e comercialização. O Estado tem Lei de Incentivo e outras formas de investir, por que não fazer isso na Economia Solidária? Precisamos de mais recursos, orçamentos e políticas públicas.

Mulheres na Economia Popular e Solidária

Resistência e poder feminino transformam cenário econômico brasileiro e da economia popular e solidária

O Dia da Mulher não é apenas a celebração das conquistas econômicas, sociais e políticas das mulheres, é também uma data para refletir que ainda há muito a alcançar. Em 2010 as mulheres representavam quase 4 milhões a mais que a população masculina, e em 2050 essa diferença poderá chegar a 7 milhões. Segundo um levantamento do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), agência de desenvolvimento internacional da ONU que trata de questões populacionais, uma maior participação das mulheres na economia ampliará o PIB mundial em US\$ 28 trilhões até 2025. De acordo com cálculos da McKinsey, a participação da mulher no mercado de trabalho e em cargos diretivos pode injetar até US\$ 12 trilhões no PIB global até 2025. Para o Brasil, o incremento seria na ordem de US\$ 410 bilhões – o equivalente a riqueza gerada pela região Nordeste, por exemplo. Esses dados são significativos, porque as relações de trabalho, direitos e modos de vida tornam muitas mulheres chefes de família. No Brasil, nos últimos 15 anos, houve um significativo crescimento de lares chefiados por mulheres, o que reforça o novo quadro e mudança no papel das mulheres na economia. Segundo o levantamento "Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios", o número de famílias chefiadas por mulheres dobrou em termos absolutos, aumentando 105% num cenário de 15 anos – passando de 14,1 milhões em 2001 para 29 milhões em 2015.



Jaqueleine Gomes de Moura

Mulheres desempenham papéis fundamentais na economia solidária em todo o mundo. Elas participam ativamente em cooperativas, associações e empreendimentos solidários, muitas vezes liderando iniciativas comunitárias e promovendo o desenvolvimento local. Sua presença na economia solidária contribui para a inclusão social, a autonomia econômica e o fortalecimento das relações comunitárias. A economia solidária oferece uma saída justa, produtiva e inclusiva para essa emancipação feminina, principalmente das mulheres em situação de vulnerabilidade acentuada. A ES gera renda e tem foco principal no bem-estar, para as mulheres, representa a autoestima, dignidade, solidariedade, liberdade e independência, qualidade de vida, novas perspectivas dentre tantos outros significados.

Confira a entrevista com a comunicadora e indígena Kambiwá, Jaqueline Gomes de Moura, que relata em sua história de vida a relação com a ES.

- Economia Solidária para você significa?

Jaqueline Gomes: Costumo dizer que a Economia Solidária é uma companheira diária. Desde muito jovem participo de movimentos que destacam a importância da Economia Solidária para sociedade. E como indígena, destaco a importância da aliança com a Economia Solidária que vem sendo construída com o movimento indígena. Já que compartilham valores e objetivos em comum: justiça social, equidade, fortalecimento comunitário, trabalho coletivo. Nossa comunidade e a Economia Solidária podem e devem andar de mãos dadas. Outra abordagem importante é o respeito que a Economia Solidária dá à natureza. Para nós, indigenistas, isso é muito relevante, traduz toda luta do nosso povo em preservar o meio ambiente.

- Qual foi o maior desafio enfrentado?

Jaqueline Gomes: Com certeza a falta de reconhecimento institucional. A Economia Solidária, muitas vezes, não é reconhecida por políticas públicas. Isso tem sido pauta em nossos encontros, e tem dificultado nosso acesso aos recursos e ao apoio governamental. Em nossa comunidade, por exemplo, nem todos tem acesso a essa informação. Precisamos capacitar nosso povo para esses espaços de luta e discussão, para que vejam como é essencial a Economia Solidária.

- Na Economia Solidária, qual foi sua maior conquista?

Jaqueline Gomes: Como jovem, mulher, indígena, ativista, comunicadora e defensora da causa, espero estar sempre preparada para representar meu povo Kambiwá. Firme e forte pela luta do bem viver, não só do meu povo, mas de todos. Esse é minha missão. Quero seguir junto dos que desejam construir um mundo melhor.

- Quais mudanças foram trazidas pela Economia Solidária?

Jaqueline Gomes: A mudança mais significativa foi minha inserção nos espaços de luta e discussão mais diversificados, representando meu povo e tendo apoio de nossas lideranças e anciãos. Ouvi-los dizer que estou no caminho certo, dando continuidade ao que nossos ancestrais traçaram. É uma conquista.

- Quais são as perspectivas para o futuro na economia solidária?

Jaqueline Gomes: Continuar a luta pelo bem viver do meu povo e do próximo, que todos tenham oportunidade iguais, que a sustentabilidade seja uma das principais pautas e as práticas econômicas solidárias sejam ambientalmente sustentáveis.

Programa Cozinha Solidária é regulamentado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

O conceito de Cozinha Solidária na Economia Solidária envolve a criação de espaços colaborativos que visam não apenas fornecer alimentos para aqueles em necessidade, mas também promover práticas de economia solidária. Essa abordagem pode incluir a produção de alimentos de maneira sustentável, o apoio à agricultura familiar local, a valorização de produtos orgânicos e agroecológicos, além do fortalecimento de redes de cooperação entre produtores, consumidores e voluntários.

O objetivo é combater a fome e a insegurança alimentar, promover a economia local apoiando produtores e agricultores familiares através da compra direta de insumos, fomentando a economia local e práticas sustentáveis, oferecer educação e capacitação por meio de programas de educação nutricional, workshops de culinária e capacitação em agricultura urbana e permacultura, visando a autonomia e o empoderamento das comunidades. A sustentabilidade e consciência ambiental ao incentivar o uso de práticas de produção e consumo responsáveis, reduzindo o desperdício local. O fortalecimento comunitário ao criar espaços de convívio e cooperação, onde os participantes podem compartilhar experiências, conhecimentos e fortalecer laços comunitários.



Cozinha solidária no Bairro das Palmeiras em Fortaleza

Um dos grandes desafios enfrentados por essas iniciativas incluem a necessidade de financiamento constante, a logística de distribuição de alimentos e a sustentabilidade a longo prazo dos projetos. As Cozinhas Solidárias na Economia Popular e Solidária possuem um grande potencial para promover mudanças sociais significativas, oferecendo não apenas alívio imediato para a fome, mas também contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. Para quem se interessar por participar ou contribuir, vale buscar informações sobre projetos locais, oferecer doações, seja de tempo, habilidade ou recursos financeiros, e promover a conscientização sobre a importância dessas iniciativas.

Já a cozinha comunitária, equipamento público de segurança alimentar e nutricional, financiado com recursos públicos, tem como objetivo produzir e disponibilizar, de forma gratuita ou a baixo custo, refeições adequadas e saudáveis, prioritariamente para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e de insegurança alimentar e nutricional indicadas pela assistência social.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto que regulamenta o Programa Cozinha Solidária, terça-feira (05.03). O ato foi realizado durante a plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Palácio do Planalto, em Brasília. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o programa foi criado em julho de 2023, por meio da Lei 14.628/2023.

Juntamente com a assinatura do Decreto, foi feito anúncio de R\$ 30 milhões em recursos destinados à oferta de refeições, que serão acessados pelas entidades gestoras do Cozinha Solidária, por meio de editais de chamada pública.

O Programa passará a contar com apoio do governo federal para custeio de seu funcionamento, se soma a outras ações em curso, como PAA e Programa de Agricultura Urbana Alimentar e Nutricional da população brasileira.

DECRETO

A regulamentação do Programa Cozinha Solidária também estabelece diretrizes e normas para orientar as diversas iniciativas que passarão a ser atendidas em todo o território nacional. Além disso, o documento determina as modalidades de apoio do Governo Federal, critérios para participação, princípios, diretrizes e finalidades ancorados em bases da segurança alimentar e nutricional.

A gestão e operacionalização do Programa se dará por meio de parcerias entre MDS e entidades gestoras (entidade privada sem fins lucrativos), que atuarão na gestão e coordenação compartilhadas com uma ou mais Cozinhas Solidárias, oferecendo suporte ao funcionamento dessas tecnologias sociais.

Além disso, as Cozinhas Solidárias que fizerem parte da iniciativa poderão participar da formulação, implementação e monitoramento do Programa, garantindo a transparência e o engajamento da comunidade nas ações desenvolvidas.

Estas parcerias serão orientadas por diretrizes definidas no Decreto, que são:

- Acesso à alimentação adequada e saudável, de acordo com os preceitos do Guia Alimentar para a População Brasileira;
- Participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle do Programa;
- Intersectorialidade, articulação e coordenação das ações relativas à segurança alimentar e nutricional;
- Valorização da cultura alimentar e incentivo à utilização dos alimentos provenientes da agricultura familiar e da agricultura urbana e periurbana.

Os recursos destinados às iniciativas de Cozinhas Solidárias participantes terão como finalidade apoiar a oferta de refeições para ações já em funcionamento, fornecer alimentos in natura e minimamente processados, adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e apoiar a formação de colaboradores ou a implementação de projetos que abordem processos formativos com objetivo de aprimorar o funcionamento destes equipamentos.

MTE reinstala o Comitê Gestor do PRONINC

Na ocasião, os novos membros tomaram posse e definiram o plano de trabalho para 2024

O Ministério do Trabalho e Emprego retomou, no dia 12/3, as atividades do Comitê Gestor do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), com a posse dos novos membros, durante reunião em sua sede em Brasília. O grupo também definiu o Plano de Trabalho para 2024 e conheceram as ações para 2024 da Secretaria Nacional de Economia Popular Solidária (Senaes), que foi recriada no ano passado.

Conforme o secretário da Senaes, Gilberto Carvalho, a secretaria está em reconstrução e isso inclui recompor as suas relações, retomando os seus espaços democráticos de debate e de construção de políticas públicas, com a participação de órgãos públicos e entidades da sociedade civil, como é o Comitê Gestor do PRONINC. Outro espaço importante de discussão retomado foi o Conselho Nacional de Economia Solidária.

“Não basta dar ferramentas de trabalho para os empreendimentos solidários, a sua sobrevivência depende também de qualificação profissional e assistência técnica permanentemente. Nesse sentido as incubadoras são fundamentais para a existência e durabilidade dessas iniciativas, pois são responsáveis por desenvolver metodologias que organizam e acompanham esses trabalhadores em seus territórios”, afirma Carvalho.

O comitê é formado por 21 representantes de órgãos públicos e entidades e estava desarticulado desde 2018. A sua finalidade é planejar e definir metas e prioridades para a seleção de projetos de economia solidária que serão atendidos pelas incubadoras tecnológicas presentes nas universidades e institutos federais.

A reunião teve a presença do professor Valmor Schiochet que atualmente ocupa o cargo de secretário adjunto de Participação Social na Presidência da República. Ele fez uma retrospectiva da história e importância das incubadoras tecnológicas nas universidades, política que acompanha desde o final da década de 90, além de ter participado da criação do PRONINC em 1997.

O PRONINC tem por finalidade fortalecer as incubadoras tecnológicas para que desenvolvam metodologias de incubação dos empreendimentos solidários de forma a acompanhá-los até que sejam estruturados. Conforme dados coletados até 2018 pelo Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL), no Brasil havia 20.670 empreendimentos registrados, nos quais trabalham 1.425.158 pessoas. Este ano também serão retomado o mapeamento dos empreendimentos solidários no país para atualizar os dados.

Além do secretário, participaram da reunião pela Senaes a analista técnica de políticas sociais Adriana Brandão e a diretora de Projetos, Renata Studart e a coordenadora-geral de Projetos, Vanderlúcia Simplício.



Feiras de Pequenos Negócios em Fortaleza movimentam R\$ 10,9 mi a economia da cidade

Em funcionamento desde 2014, foram realizadas 4.857 feiras e cadastrados 2.796 pequenos empreendedores.

Donny Soares ASCOM/SDE Fortaleza



A Prefeitura de Fortaleza segue com a realização de Feiras de Pequenos Negócios em várias regiões da cidade. Mensalmente, as vendas de pequenos empreendedores cadastrados no Programa estão sendo realizadas nos terminais de ônibus (Siqueira, Messejana, Antônio Bezerra, Parangaba, Lagoa e Conjunto Ceará), sempre das 8h às 18h.

A ação também conta com seis boxes localizados na Feirinha da Beira-Mar, que também contemplam beneficiários dos projetos Costurando o Futuro e Nossas Guerreiras. Os espaços funcionam todos os dias, das 17h às 22h. "São espaços na melhor vitrine de Fortaleza para ajudar na renda de quem mais precisa", enfatiza o secretário do Desenvolvimento Econômico, Rodrigo Nogueira.

As feiras de pequenos negócios têm o objetivo de estimular a geração de emprego e renda para os pequenos empreendedores da cidade. Em funcionamento desde 2014, foram realizadas 4.857 feiras e cadastrados 2.796 pequenos empreendedores, movimentando mais de R\$ 10,9 milhões na economia de Fortaleza.

Os interessados em comercializar produtos nas feiras devem entrar em contato com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) pelo telefone 0800 081 4141. Para realizar o cadastro, basta apresentar RG, CPF, comprovante de endereço, além da amostra do produto que será comercializado.



**Dayana dos Anjos:
(85) 9.8844-1088**

Moradora do Sítio São João, no grande Jangurussu, Dayana dos Anjos, é uma das beneficiárias da ação. Ela acredita que tem conquistado maior visibilidade com as feiras promovidas pelo município e espera iniciar o ano com boas vendas, aproveitando o período de alta estação. A empreendedora confecciona bonecos de crochê, os chamados amigurumis, e conseguiu impulsionar seu negócio, o Maktub Arts (@maktub.arts), este ano através do Programa Nossas Guerreiras, do qual também faz parte. Dayana recebeu capacitação e crédito orientado de R\$ 3 mil.

"Estamos voando justamente por esse auxílio da Prefeitura de Fortaleza. Depois que eu entrei no Nossas Guerreiras e comecei a participar das feiras, eu comecei a ser muito mais conhecida, a minha visibilidade aumentou muito", contenta-se a empreendedora, que iniciou o ano expondo seus produtos no boxe 25 da Feirinha da Beira-Mar.

Programação das Feiras de Pequenos Negócios:

Funcionamento: segunda-feira a sábado, 8h às 18h

Terminal Siqueira (Av. General Osório de Paiva, 2955)

Terminal Messejana (Av. Jornalista Tomaz Coelho, 245)

Terminal Antônio Bezerra (Av. Coronel Carvalho, 3780)

Terminal Parangaba (Av. Pedro Ramalho, 130)

Terminal Lagoa (Rua Gomes Brasil, 555)

Terminal Conjunto Ceará (Av. L, 113)

Funcionamento: todos os dias, 17h às 22h

Boxes 25, 26, 39, 40, 52 e 53 da Feirinha da Beira-Mar (Av. Beira-Mar, 2800)

Mais informações: 0800 081 4141

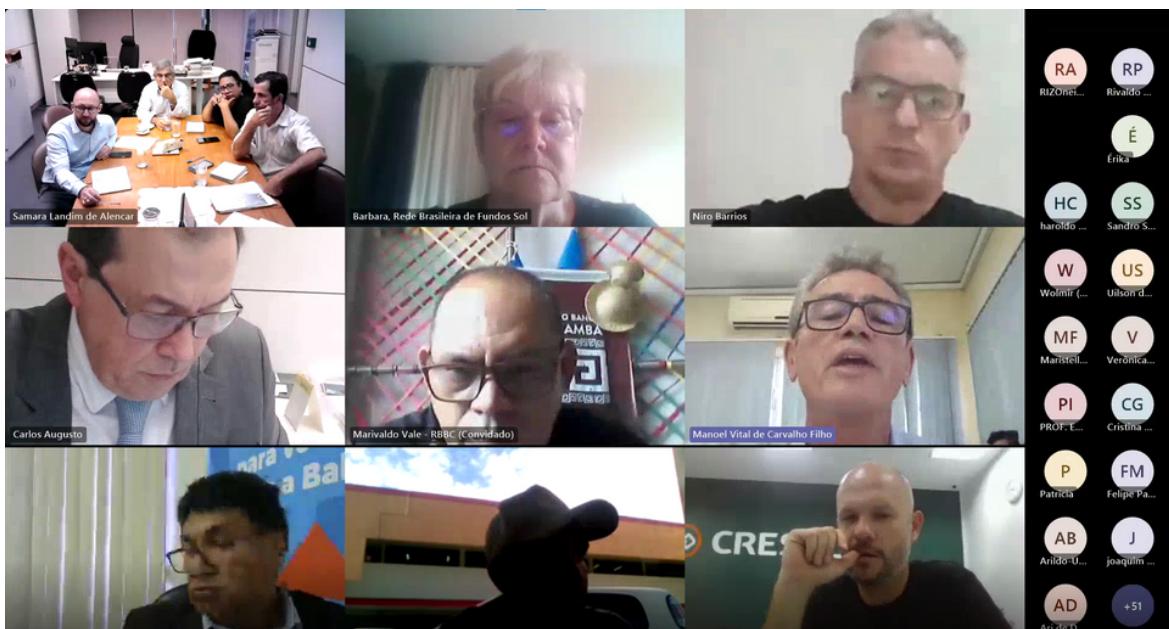
Sistema Nacional de Finanças Solidárias

SENAES debate a construção de Sistema Nacional de Finanças Solidárias

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SEANES) realizou no dia 31 de janeiro, a apresentação da sistematização preliminar dos debates nacionais para a construção de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias (SNFS), como estratégia fundamental da política nacional de economia solidária.

Constam no documento, trabalhos constituídos ao longo dos anos, desde as Conferências Nacionais de Economia Solidária. Entre eles, inclui-se, a Conferência Temática de Finanças Solidárias e o Plano Nacional de Economia Solidária, no contexto dos ciclos de gestões anteriores da SENAES. Com a retomada da Secretaria, neste período do governo Lula, o marco impulsor desta sistematização foram os debates ocorridos na Oficina de Construção do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, realizada em Maceió/AL, entre os dias 13 e 15 de setembro de 2023.

O evento contou com a participação de 89 inscritos, de diversas organizações que atuam com o segmento de Finanças Solidárias na Economia Solidária. O documento foi enviado ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) para complementações e ficará à disposição das organizações para contribuições. Ele deverá subsidiar os debates da Conferência Temática sobre Finanças Solidárias, aprovada pelo CNES como preparação para a 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária.



Senaes e Fundacentro abrirão novo edital com vagas em todo território nacional

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) em conjunto com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), abriu processo seletivo de bolsistas para atuarem no Programa Nacional de Economia Popular e Solidária Sustentável, no âmbito da saúde e segurança do trabalhador.

Neste primeiro momento, foram selecionados 37 bolsistas. Sendo 21 bolsistas nas áreas da Tecnologia da Informação, Saúde e Segurança no Trabalho, Comunicação, Gestão Pública, Terceiro Setor, Políticas Territoriais e 16 Agentes Populares que atuarão no projeto piloto no estado de São Paulo.

Em breve, será lançado o edital de seleção de 300 vagas para Agentes locais de Economia Popular e Solidária, e 54 vagas para Agentes Coordenadores Estaduais, distribuídos em todo o território nacional. Até o final do ano serão lançados novos editais até completar mil agentes contratados E, posteriormente, serão lançados novos editais com mais 700 vagas para Agentes locais de Economia Popular e Solidária, totalizando até final de 2024, a atuação de mil agentes.

De acordo com o Secretário, a contratação dos agentes de Economia Solidária (ES) faz parte do projeto de expansão e consolidação da ES no país. “Os agentes terão tarefas claras e a primeira será o levantamento dos empreendimentos dos mais variados tipos de economia popular e solidária que houver em seus municípios de origem ou onde forem lotados. Com isso conseguiremos atualizar o CADSOL e mapear o que existe de economia solidária no Brasil.”, afirmou Gilberto. O Secretário também fará diálogos com os movimentos sociais e populares para qualificar a atuação dos Agentes nos territórios.

O mapeamento trará ao projeto, quantitativamente, o número de empreendimentos e a distribuição econômica realizada entre cooperados/associados. “A segunda tarefa consistirá no levantamento de identificação das dificuldades, problemas e desafios enfrentados na expansão, um diagnóstico das atividades da economia solidária. A terceira tarefa será estimular o surgimento de novos empreendimentos da economia solidária. Para isso deverão mapear, em seu território, empreendimentos que o Governo Federal tem na região, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida, construção de CEFETs, UPAs, e as mais diversas iniciativas do governo. É fundamental que o povo saiba que é um investimento do governo federal para eles, um direito.”, finalizou Carvalho.

AGENDA

Feiras de Economia Popular e Solidária

Belo Horizonte

10 de março
Parque JK
Av. dos Bandeirantes, 240, Sion

11 de março
TJ Afonso Pena
Av. Afonso Pena, 4001, Serra

12 de março
Rua Goiás
Entre a Avenida Augusto de Lima e a
Rua da Bahia, Centro

13 de março
TJ Rua Goiás
Rua Goiás, 253, Centro

14 de março
TJ Raja Gabaglia
Av. Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo

16 e 17 de março
Parque Renato Azeredo
Rua José Cleto, S/N, Palmares

20 de março
Rua Carijós - Quarteirão Pataxós
Entre a Praça Sete e Rua Espírito Santo,
Centro

Santa Catarina- Blumenau

Nos dias 12 e 13 de março, das 8h30 às
20h30.
Em frente a Biblioteca Central, no
Campus 1 da FURB.

Pará

Feira da Economia Solidária e da
Diversidade.
Durante a 76ª Reunião Anual da
Sociedade Brasileira para o Progresso
da Ciência
Universidade Federal do Pará
7 a 13 de Julho

Manaus

Feira de artesanato da Ponta Negra - de
13 a 17/3, de 20 a 24/3, de 27/3 a 2/4,
com 80 artesãos;

Feira 'Empodera Ela', no Amazonas
Shopping – de 4 a 31/3, com 20 artesãs;
Feira itinerante no Sumaúma Park
Shopping – 21, 22 e 23/3, com 15
artesãos, (sujeito à alteração);

Feira itinerante na Secretaria Municipal
de Educação (Semed) – 26/3, com 12
artesãos;

Feira itinerante na Secretaria Municipal
de Administração (Semad) – 29/3, com
18 artesãos (sujeito à alteração).

Rondônia

Feira no Parque da Cidade das 17h às
21h
Dias 16,17,23,24/03

Feira Praça das Três Caixa D'Água das
17h às 21h.
Dias 15,22/03

Feira Assembleia Legislativa das 07h às
14h, todas as terças-feiras.

Feira Ministério Público das 07h às 14h,
todas as quintas-feiras.

Feira Tribunal Eleitoral de Rondônia das
11h às 18h, todas as quartas-feiras.

Expediente: Informativo elaborado pela Sec.
Nac. de Economia Popular e Solidária -
SENAES/MTE

Contato/sugestões:

e-mail:

senaes@trabalho.gov.br

telefone: (61) 2031- 6833